

**PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 1030/2025**

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
- Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, dispõe sobre a organização e funcionamento dos órgãos responsáveis, e dá outras providências.
- Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32), aprovada pela Portaria MTE nº 485, de 11 de novembro de 2005, que estabelece diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde. (não é lei, mas tem força normativa nacional de observância obrigatória).
- Lei Municipal nº 11.611, de 13 de julho de 1994, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos Hospitais e Postos de Saúde Municipais, apresentarem quadro com a identificação de seu corpo médico;
- Lei Municipal nº 12.992, de 28 de abril de 2000, que dispõe sobre a colocação de painéis com os nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pelas chefias de plantão nas entradas principais e de acesso ao público dos Hospitais, Casas de Saúde, Prontos Socorros e Ambulatórios da rede pública do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 13.211, de 13 de novembro de 2001, que dispõe sobre a instituição do Programa de Proteção da Saúde da Gestante e do Recém-Nascido no Município, e dá outras providências.

**PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 13.773, de 03 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre o Programa de Orientação e Humanização nos hospitais da rede pública municipal;
- Lei Municipal nº 13.998, de 10 de junho de 2005, que dispõe sobre a permanência de acompanhante dos pacientes nas unidades de saúde do Município;
- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.721, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre obrigatoriedade de fixação de quadro informativo com nome, registro e especialidade de profissional médico nos lugares em que especifica, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 15.273, de 02 de setembro de 2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação de quadro informativo com nome e registro do chefe de enfermagem em serviço nos locais que especifica, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.725, de 9 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o Código Sanitário do Município de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 13.271, de 4 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a descentralização das ações e serviços de saúde no Município de São Paulo, cria entidades hospitalares autárquicas de regime especial, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 13.325, de 8 de fevereiro de 2002, que institui Conselhos Gestores nas Unidades do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.122, de 15 de janeiro de 2015, que institui o Quadro dos Profissionais da Saúde, dispõe sobre as jornadas de trabalho e condições de prestação de serviços dos servidores, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 13.396, de 26 de julho de 2002, que cria a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, e dá outras providências.

PL 1019/2025 Dispõe sobre a implementação de dispositivo eletrônico de segurança, denominado “Botão do Pânico”, nas unidades de saúde do Município de São Paulo, destinado à proteção de médicos e demais

**PROCURADORIA**

profissionais de saúde em situações de ameaça ou agressão, e dá outras providências.

PL 676/2022 Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Teleassistência a Pessoa Idosa ou Portadora de Deficiência da Cidade de São Paulo, "Botão de Pânico para o Idoso", e dá outras providências.

PL 743/2019 Dispõe sobre a criação do programa municipal de teleassistência a pessoa idosa ou portadora de deficiência de São Paulo, "botão de pânico para o idoso", e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente de fls.

São Paulo, 15 de setembro de 2025.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.0680